



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

JÉSSICA MÁRCIA RADEL

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS
PRINCIPAIS EMPRESAS DE TABACO**

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO DE SANTA HELENA/SC

Brasília
2012

JÉSSICA MÁRCIA RADEL

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS
PRINCIPAIS EMPRESAS DE TABACO**

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO DE SANTA HELENA/SC

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof(a). Dra. Joana D’Arc Bicalho Félix

Brasília
2012

JÉSSICA MÁRCIA RADEL

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS
PRINCIPAIS EMPRESAS DE TABACO**

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO DE SANTA HELENA/ SC

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise
Ambiental e Desenvolvimento
Sustentável.

Orientador: Prof(a). Dra. Joana D’Arc
Bicalho Félix

Brasília, 04 de julho de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof (a) Ma. Luciana de Paiva Luquez

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui minha gratidão a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a conclusão deste trabalho, em especial, agradeço a minha mãe pela força e meu esposo pela compreensão e colaboração. Agradeço ainda à minha orientadora, Joana Bicalho, pela presente orientação.

RESUMO

Este trabalho analisa as ações de Responsabilidade Socioambiental (RSA) que são divulgadas pelas principais empresas fumageiras que atuam no Município de Santa Helena/SC, vistas pelo prisma dos pequenos agricultores que lidam diretamente com o plantio de fumo e que são os principais interessados nessas ações. Para tanto, realiza-se um estudo de caso da comunidade, por meio de entrevistas centradas no problema, que permitem a coleta de dados importantes para a conclusão do estudo. O trabalho também percorre momentos da história da cultura do tabaco no Brasil e no mundo, bem como apresenta uma análise da importância econômica dessa cultura para a agricultura familiar no Sul do país e o funcionamento do Sistema Integrado de Produção. Os dados apresentados mostram que há ações de RSA nas empresas, tais como o recolhimento de embalagens de agrotóxicos e sua destinação correta, ações previstas em Lei e realizadas pelas fumageiras. Porém, para que a produção de tabaco seja de fato social e ambientalmente responsável diante de uma comunidade, é necessário mais do que o simples cumprimento de leis.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental. Agricultura familiar. Tabaco.

ABSTRACT

This work analyzes the actions of Social and Environmental Responsibility (SER), which are made by the leading tobacco companies that operate in the City of Santa Helena/SC, seen through the prism of small farmers who deal directly with the planting of tobacco, which are primarily interested in these actions. For this purpose, this work makes use of a case study of this community, through interviews focused on the problem, allowing the collection of important data to complete this study. The work also covers moments in the history of tobacco growing in Brazil and abroad and also analyzes the economic importance of this culture for Family Farming in the South of the country and the operation of the Integrated Production System. The data presented show that SER's actions in companies such as: the collection of empty pesticide containers and its correct destination maintained and provided by the tobacco leading companies' which are provided by law. But to be truly socially and environmentally responsible in front of a community, it takes more than mere compliance with laws.

Key words: Social and Environmental Responsibility (SER). Family Farming. Tobacco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O TABACO NO BRASIL E NO MUNDO.....	11
2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR	20
3. A PRODUÇÃO DE TABACO NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA	31
3.1 A visão dos agricultores da região.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – Guia de Entrevista	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar os discursos e ações de Responsabilidade Socioambiental (RSA) das principais empresas do ramo fumageiro que atuam no oeste catarinense e, mais especificamente, no Município de Santa Helena. Pretende-se efetuar essa análise pelo prisma dos pequenos agricultores que lidam diretamente com a cultura do tabaco, verificando a real dimensão dessa responsabilidade e se, de fato, ela está sendo implantada na região.

Para entender um pouco a história do tabaco é necessário citar Jean-Baptiste Nardi. Em seu livro *A História do Fumo Brasileiro* revela que a planta nasceu provavelmente nos vales orientais dos Andes bolivianos e se difundiu no atual território brasileiro através de migrações indígenas, principalmente Tupi-Guarani. Era usada em rituais religiosos e se expandiu pelo mundo por meio dos europeus. E de planta mágica e religiosa dos índios, passou a ser um gênero comercial das colônias europeias (NARDI, 1985, p. 5).

Nardi (1985, p. 5-6) descreve, ainda, como se deu a expansão da planta de tabaco pelo mundo. Segundo o autor, quando chegaram os europeus, o fumo era de uso comum nas tribos Tupinambá e cultivado em toda a costa brasileira. Nas viagens de Cristóvão Colombo, seus companheiros de navio viram os índios fumarem pela primeira vez. Começou então, a história de uma formidável expansão: em apenas um século o fumo passou a ser conhecido e usado no mundo inteiro, principalmente por meio dos marinheiros e soldados, para quem o fumo era um meio de “passar o tempo”.

A partir daí a planta passou a ser moeda de troca na compra e venda de escravos vindos da África à costa brasileira e tornou-se uma das principais culturas agrícolas da época. O comércio do tabaco foi evoluindo ao longo dos séculos. Desde meados do século XX até os dias atuais, o fumo brasileiro esteve em plena expansão e ganhou outros territórios no Brasil além do Nordeste, até então o principal produtor de tabaco no país. O país é hoje o segundo maior produtor mundial de tabaco em folha e o líder em exportações. Grande parte dessa evolução deve-se aos três estados que compõem o Sul do país.

De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra, 2011), na última safra (2010/11), havia, no Brasil, 223.830 produtores de fumo, sendo que 83% (186.830) deles estão na Região Sul e, mais especificamente 46% no Rio Grande do

Sul, 32% em Santa Catarina e 18% no Paraná. A região Oeste de Santa Catarina detém cerca de 14% da produção total do Estado.

A fumicultura dispense uma grande necessidade de mão de obra. No Brasil, o setor emprega por volta de 2,5 milhões de pessoas: 1.080.000 empregos diretos e 1.440.000 empregos indiretos (EPAGRI/CEPA, 2011). São trabalhadores das fábricas (agroquímicos, máquinas e implementos), do setor de transporte e exportação, dos postos de distribuição, usinas de processamento, fábricas de cigarro, além dos próprios fumicultores.

A produção de fumo na região estudada está predominantemente baseada na pequena propriedade rural e fortemente atrelada à ação de empresas integradoras. Tais empresas firmam contratos de compra e venda com os agricultores, estabelecendo a quantidade de pés de tabaco e o preço a ser pago ao final de cada safra, que é tabelado. Também interferem no nível de informação e no tipo de organização dos produtores, na medida em que fornecem e financiam os insumos para a atividade produtiva e estabelecem os regimes de compra das safras.

A se julgar pelo discurso sobre ações de responsabilidade das principais empresas ligadas à cadeia produtiva de fumo, seria possível que esta forma de plantio se tornasse sustentável do ponto de vista socioambiental e se constituísse como alternativa econômica na agricultura familiar?

Como objetivo geral, este estudo busca avaliar as ações de Responsabilidade Socioambiental (RSA) defendidas pelas principais empresas fumageiras, vistas pelo ângulo dos pequenos agricultores do Município de Santa Helena/SC. Para tanto, estabelece como objetivos específicos: (i) entender o funcionamento do Sistema Integrado de Produção; (ii) analisar a importância econômica da cultura dentro da agricultura familiar e; (iii) compreender a cadeia produtiva do tabaco no mundo, no Brasil e, particularmente, no Município, objeto deste estudo.

Este trabalho consiste em um Estudo de Caso que, de acordo com Laville e Dionne (2008, p.155), refere-se a um caso, talvez o de uma pessoa, mas também o de um grupo. Permitirá, inicialmente, fornecer explicações no que tange ao caso considerado e a elementos que lhe marcam o contexto. Há a possibilidade de aprofundamento do tema, pois os recursos se vêm concentrados no caso visado e esse caso pode ajudar a melhor compreender uma situação ou um fenômeno complexo.

Para melhor fundamentar o trabalho, além da pesquisa bibliográfica, recorre-se à pesquisa de campo, cuja metodologia foi a entrevista centrada no problema, na qual, segundo Flick (2009, p. 154), utiliza-se um guia, que incorpora questões e estímulos narrativos, em que é possível coletar dados biográficos com relação a um determinado problema. A entrevista centrada no problema é focada, como o nome diz, na centralização do problema, ou seja, o pesquisador orienta a entrevista para um problema socialmente relevante. Ela visa enfatizar a opinião do entrevistado em relação ao problema central. Após a entrevista, deve-se anotar as impressões a respeito da comunicação ocorrida com o entrevistado, para, dessa forma, obter informações que serão extraídas do contexto, do comportamento do entrevistado e das influências externas.

A pesquisa parte de dez entrevistas realizadas no Município. Sete delas com produtores de tabaco e uma com um ex-produtor. A coleta de dados dessas entrevistas se deu *in loco*, ou seja, na propriedade dos entrevistados, onde pôde-se observar um pouco da rotina dos agricultores. Outra entrevista é realizada com o Secretário de Saúde e a última com um dos instrutores de fumo que atuam na região (profissionais contratados pelas empresas fumageiras para prestar assistência técnica aos agricultores). Das entrevistas com os fumicultores, quatro delas são gravadas e nas outras quatro optou-se apenas por anotações. Especificamente, a entrevista com o Secretário de Saúde pôde ser gravada, e a entrevista realizada com o instrutor de fumo não pôde por falta de permissão. A alegação do instrutor foi que a empresa não permite que ele dê entrevistas e muito menos que elas sejam gravadas. O propósito das entrevistas foi compreender o nível de consciência dos agricultores a respeito da RSA das empresas no plantio do tabaco.

O presente estudo tem um forte componente biográfico. Pertenço a uma família de pequenos agricultores que migraram de Santa Catarina para Brasília na década de 1990. Minha família, antes mesmo do meu nascimento, já dedicava parte da lavoura para o plantio de fumo, porém diante do trabalho árduo e manual, abandonaram o cultivo. O cenário deixado para trás foi de muita dificuldade. Muitos produtores já tinham ingressado no plantio de fumo com incentivos de empresas do ramo, e, viram aí, uma possibilidade de se manterem no campo. Entretanto, a maioria dos jovens não prosseguiu na produção, saíram em busca de empregos, geralmente em grandes cidades, deixando a lida do fumo com os mais velhos.

Dessa trajetória fica o interesse em compreender o funcionamento da cadeia produtiva do tabaco na região.

Os resultados deste trabalho apresentam uma contribuição como material de pesquisa sobre temas relacionados com RSA, agricultura familiar e sobre o funcionamento da cadeia produtiva do tabaco no Sul do país.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, é apresentada a cultura do tabaco no Brasil e no mundo, desde sua origem até os dias atuais. Neste capítulo são analisados dados relacionados à cadeia produtiva do tabaco.

O segundo capítulo trata dos conceitos de Responsabilidade Socioambiental (RSA) e agricultura familiar, de fundamental importância para se compreender a proposta principal do trabalho e também a essência da cadeia do tabaco no Município. Neste capítulo, especifica-se quais são as principais empresas fumageiras que atuam na região, descrevendo ações de Responsabilidade Socioambiental divulgadas por elas.

Finalmente, no terceiro capítulo, faz-se uma análise da cadeia do tabaco no Município estudado. São condensados e analisados os dados levantados com as entrevistas, verificando junto aos agricultores a concretude de ações de RSA divulgadas pelas fumageiras, de acordo com a delimitação do tema da presente pesquisa.

1 O TABACO NO BRASIL E NO MUNDO

O primeiro lugar no Brasil em que se começou a produzir tabaco foi Salvador. A produção no Recôncavo Baiano, inicialmente doméstica, ganhou, no final do século XVII, maior capacidade e maior importância no comércio exterior. Segundo Lopes (2004, p. 210-211), a produção no Recôncavo colonial escoava por dois caminhos: o das exportações pela metrópole, de onde a maior parte do tabaco era reexportada para a Europa e para a Índia (como rapé¹) e a sobra, consumida no reino; e pelo comércio no litoral ocidental da África, no qual se trocava tabaco por escravos.

De acordo com Caio Prado Júnior (2000 *apud* ALMEIDA, 2008 p. 33),

A cultura comercial do país [tabaco] data do século XVII, sendo tido como a terceira grande lavoura do Brasil colônia, ultrapassada pelo algodão tão só nos últimos anos do século XVIII, quando desde o início deste já figurava com quantidades avultadas no comércio exterior.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, começam a surgir as fábricas de rapé, que não tiveram uma duração muito longa, entrando em decadência com o advento do charuto. Na Bahia, o tabaco encontrou boas condições para a produção mercantil voltada para o mercado europeu. Até 1950, o Estado foi o principal produtor de tabaco do país. Produzia, principalmente, tabaco escuro, ideal para charutos, que ficaram conhecidos internacionalmente pela qualidade e bons preços.

A partir do final do século XIX e início do XX, com a expansão da indústria cigarreira devido à implementação de políticas agrícolas voltadas à expansão da fronteira agrícola, a produção de tabaco claro alcançou outros Estados além do Nordeste, como Minas Gerais, Goiás, e principalmente, os Estados da região Sul do país.

Além das diferenças atinentes ao tipo de fumo produzido e suas consequentes destinações, gradualmente estabelecia-se um diferencial tecnológico entre a Bahia e a Região Sul do país, segundo relata Nardi (1985, p. 28),

Enquanto que a Bahia conservava sua cultura tradicional de fumos escuros para charuto e folha, o Rio Grande de Sul especializou-se em fumos claros, particularmente o Virgínia, que entrava mais e mais na composição dos

¹ Tabaco em pó para inalar.

cigarros, cuja indústria estava num crescendo. Havia, também, uma diferença tecnológica. Enquanto a Bahia continuava com a secagem ao sol e em galpões, o Rio Grande do Sul desde 1920 especializava-se em novos métodos de secagem em estufa, levando seu fumo a adquirir uma qualidade ainda melhor. Os demais estados produziam apenas fumo de corda.

Um dos motivos do enfraquecimento da fumicultura no Nordeste foi a não modernização da indústria, que como consequência, levou à incapacidade de competir com a indústria sulista, especializada na fabricação de cigarros, produto popularizado e consumido em todas as classes sociais.

A Souza Cruz, principal empresa brasileira no ramo de tabaco, foi fundada em 1903 por Albino Souza Cruz, um jovem português, que investiu num ramo ainda pouco conhecido no Brasil à época: cigarros enrolados em papel. Em 1914, Albino Souza Cruz transformou a companhia em uma sociedade anônima, passando o controle acionário para o grupo *British American Tobacco*² (BAT). Esta mudança alavancou o crescimento da Souza Cruz, levando-a a tornar-se a maior indústria de fumo da América Latina (SOUZA CRUZ, 2011).

Em 1918 foi implementado pela BAT e Souza Cruz, o Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), que visa à formalização de um contrato de compra e venda com o produtor, antes do início da safra. A empresa presta alguns serviços como investimento em infraestrutura, equipamentos, incentivos econômicos e visitas técnicas para assegurar o suprimento do produto. Arcam com parte dos custos do transporte e fornecem insumos para os produtores. Há a especificação dos volumes a serem produzidos a cada ano-safra e a fixação de parâmetros para insumos e produtos a serem utilizados na lavoura. Caso o agricultor opte por outros insumos que não os fornecidos pela empresa, corre o risco de não ter sua produção comprada pela empresa, que prima pela qualidade do produto.

Nesse sistema há a definição antecipada dos preços a serem pagos aos produtores ao fim de cada safra. Os preços são definidos por meio de negociações entre os representantes das classes da indústria (Sinditabaco) e dos produtores (Afubra). Essa é uma das principais vantagens do sistema, pois há uma certa

² O grupo *British American Tobacco* é o segundo maior grupo de tabaco listado em bolsa, em participação de mercado no mundo, tendo suas marcas vendidas em mais de 180 mercados. (Souza Cruz). O grupo, no fim da 2ª Guerra mundial, se torna a maior fabricante de cigarros do mundo, expandindo-se principalmente na China. (BOEIRA, 2006, p.29).

estabilidade para o produtor de que sua safra será comprada, independentemente das condições do mercado.

Conforme relata Vogt (1997 *apud* BOEIRA, 2006, p. 31),

O estabelecimento do Sistema Integrado foi resultado de uma bem articulada estratégia de *marketing*, baseada em conhecimentos de motivos tecnocientíficos e culturais. Alguns deles são apontados por dirigentes da BAT: adequação das terras da região ao cultivo do fumo em estufa [...] tradição de produção familiar em pequenas propriedades; perfil cultural dos colonos: dedicados caprichosos; consolidação do cultivo e do comércio do produto na região; a existência de estrada de ferro como meio de transporte.

O sistema integrado foi implementado com base em estudos geográficos, climatológicos e históricos da região Sul, realizados pela Souza Cruz. Viram, por exemplo, que a região tem um clima moderado, com chuvas bem distribuídas durante o ano e onde há a prática da agricultura familiar, característica herdada da colonização alemã. Isto é, a região apresenta condições ambientais e socioculturais favoráveis para a produção de tabaco. Por serem pequenas propriedades com mão de obra essencialmente familiar há mais zelo, uma vez que a produção de fumo requer elevado trabalho manual.

O Sistema Integrado de Produção apresenta vantagens ao produtor, que não precisa pegar um financiamento bancário para iniciar a sua lavoura, por exemplo. Porém em alguns casos o agricultor fica endividado com a empresa (que vende insumos e financia os galpões) e dependente de uma boa safra para conseguir ajustar sua situação junto às fumageiras. Por esse motivo Guilherme Eidt descreve o funcionamento do Sistema da seguinte maneira:

É assim que o fumicultor se *integra*, ou, melhor seria dizer se *atreia* às transnacionais do tabaco: endividando-se ao adquirir bens de consumo e/ou produção diretamente da fumageiras e seus fornecedores para pagar com juros os preços já praticados acima dos valores de mercado, que lhe serão descontados gradativamente do que recebe com a venda do fumo produzido. A garantia do pagamento das dívidas assumidas a cada ano é a própria plantação de fumo. (ALMEIDA, 2008, p. 40, grifos do autor)

A Tabela 1 apresenta a distribuição fundiária da fumiicultura sul-brasileira. Observa-se que a produção é concentrada em propriedades de pequeno porte, entre 1 e dez hectares, que representam mais de 35% das terras destinadas ao cultivo. Por outro lado, propriedades com área superior a 50 hectares representam pouco

mais de 1% do total, o que assinala o caráter familiar do cultivo do tabaco na Região Sul do país.

Tabela 1 – Distribuição fundiária da fumicultura sul-brasileira

FUMICULTURA SULBRASILEIRA E OS MINIFÚNDIOS		
DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA		
2010/11		
HECTARES	FAMÍLIAS	%
0	47.060	25,2
De 1 a 10	66.370	35,5
De 11 a 20	46.780	25,0
De 21 a 30	17.760	9,5
De 31 a 50	6.860	3,7
Mais de 50	1.980	1,1
TOTAL	186.810	100

Fonte: AFUBRA (2011).

Com a consolidação e expansão do sistema integrado, a partir da adesão de outras empresas, o Brasil melhorou a qualidade do tabaco em folha e, desde 1993, tornou-se líder em exportações. Do total da produção, 85% é exportada, conseguindo atender ao exigente mercado externo, com um tabaco de qualidade a um preço atrativo.

Segundo Buainain e Souza Filho (2009, p. 42),

Até o início da década de 1960, o mercado interno absorvia quase a totalidade da produção nacional de tabaco, embora desde o final da Segunda Guerra Mundial o país viesse exportando em pequenas quantidades. No final dos anos 1960, o boicote de compradores europeus ao tabaco produzido pela Rodésia (atual Zimbábue) abriu uma lacuna no mercado internacional, que então registrava demanda crescente. A indústria brasileira de tabaco, estruturada para atender ao amplo mercado doméstico, estava em condições de aproveitar a oportunidade que se formava no mercado externo.

Esse cenário foi possível devido à modernização do parque industrial no final dos anos 1960 e ao investimento do capital estrangeiro no setor. A introdução de novas práticas agrônômicas e a redução nos custos de produção e comercialização fizeram aumentar a certeza das empresas de obter um bom produto ao fim de cada safra.

A safra 2010/2011 registrou um dos maiores volumes de produção da história do tabaco brasileiro. Atingiu 832.830 toneladas, 20,4% a mais que na safra anterior (AFUBRA, 2011). Entretanto, nesta safra nem o câmbio e nem a conjuntura internacional ajudaram. O excesso de oferta, a demanda menor e a qualidade do

produto prejudicada³ resultaram na redução da remuneração paga pelo produto aos fumicultores. Além do mais, houve valorização do Real frente ao Dólar, o que encarece o tabaco brasileiro e repercute nas exportações. A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) prevê, para a safra 2011/2012, um decréscimo de 10% na produção, levando em conta a redução no consumo, a valorização do Real e o aumento da safra de concorrentes, principalmente africanos, que produzem tabaco a preços baixos.

Diretamente identificado com a agricultura familiar, o plantio de tabaco no Sul do país é praticado em centenas de pequenas propriedades, para as quais constitui pilar de sustentação (ANUARIO DO TABACO, 2011, p.16). Nota-se nas pequenas propriedades, que o tabaco não é uma produção exclusiva. A diversificação agrícola é, principalmente, para o consumo próprio. Entretanto, a geração de renda extra com o excedente da produção é uma alternativa para tempos de preços baixos do tabaco, garantindo, também com outras fontes, o sustento da propriedade. As principais culturas no sul do Brasil (Gráfico 1), além do tabaco, são o milho, a soja e o feijão, com 15,8%, 4,5% e 2% do total de hectares plantados na safra 2010/2011, respectivamente. O tabaco abrange 16,3% da área plantada nessa safra e corresponde, em média, a 56% do rendimento das propriedades (AFUBRA, 2011).

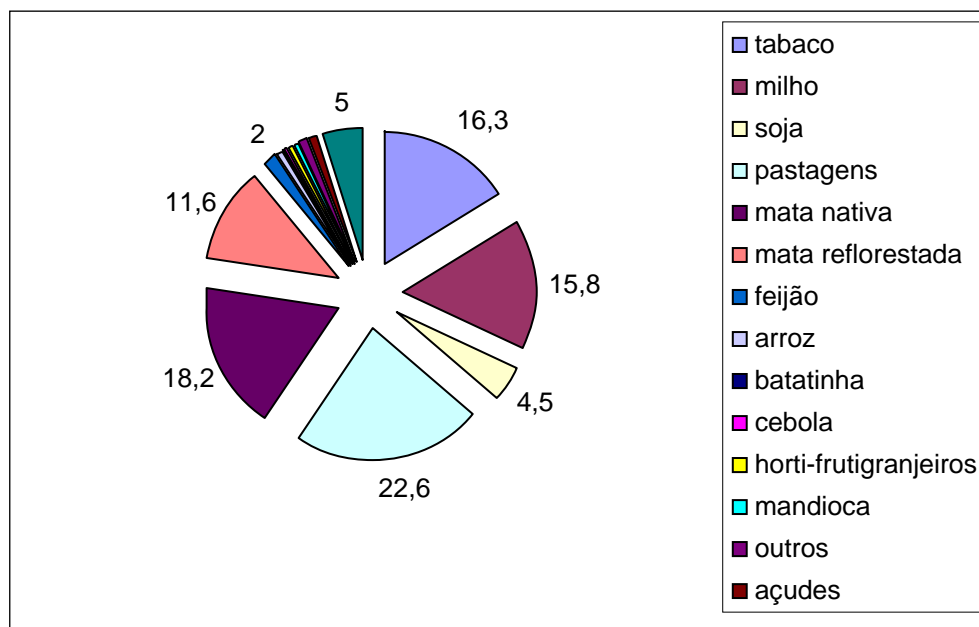


Gráfico 1 – Diagnóstico socioeconômico da pequena propriedade fumicultora Sul brasileira em %, safra: 2010/2011

Fonte: Elaborado a partir de Afubra (2011)

³ A safra 2010/2011 foi particularmente difícil, a produção foi muito grande e os preços caíram muito, o grau de exigência de classificação foi elevado e o descontentamento dos produtores quanto a classificação também.

Há três principais tipos de tabaco produzidos no Brasil: Virgínia, Burley e Comum. No sul do Brasil, a cultura se desenvolveu mais com tabacos claros, principalmente o Virgínia, que produz um tabaco de maior valor comercial, pois é curado em estufas com temperatura e umidade controladas. O Rio Grande do Sul é o maior produtor da Região Sul englobando as três variedades, seguido de Santa Catarina e Paraná. Na safra 2009/2010 das 726.050 t produzidas no Brasil, 588.420 t eram de Virgínia e 94.710 t de Burley, o restante é distribuído entre outras variedades. Por serem curados em galpões ventilados naturalmente, o Burley e o Comum são chamados de tabacos de galpão. Eles respondem por aproximadamente 15% e 2%, respectivamente, do total produzido na Região Sul, e o tabaco de estufa que é submetido à cura artificial (*flue cured*) representou 83% do volume produzido na safra 2009/2010 (SINDITABACO, 2011).

Desde a década de 1990 é possível observar a evolução da fumicultura no Sul do Brasil. Em 1990 eram 200 mil hectares de área plantada e em 2011 foram 370 mil. O rendimento de Kg por hectare também cresceu de 1.672 em 1990 para 2.233, em 2011. A Tabela 2 revela que o crescimento da fumicultura no Brasil não se limitou ao aumento da área plantada, mas também à produção por hectare. Isso se deu, em grande parte, à modernização da cadeia produtiva, por meio da introdução de estufas, secadores elétricos, adubos, inseticidas, o que resultou na melhora na qualidade.

Tabela 2 – Evolução da fumicultura sul-brasileira

FUMICULTURA SUL-BRASILEIRA							
Crescimento							
SAFRA	FAMÍLIAS produtoras	HECTARES plantados	PRODUÇÃO	kg/ha	VALOR / kg		Câmbio
			TON		Corrente	US\$	R\$/US\$
1980	94.840	171.080	286.090	1.672	32,94	0,69	48,02
85	112.110	177.050	310.920	1.750	3.795,00	0,80	4.737,07
90	121.600	201.940	367.980	1.822	66,11	1,52	43,57
95	132.680	200.830	348.000	1.733	1,55	1,75	0,888
2000	134.850	257.660	539.040	2.092	2,00	1,12	1,792
01	134.930	253.790	509.110	2.006	2,45	1,13	2,171
02	153.130	304.510	635.110	2.086	2,85	1,15	2,470
03	170.830	353.810	600.540	1.697	3,82	1,20	3,195
04	190.270	411.290	851.060	2.069	4,24	1,42	2,991
05	198.040	439.220	842.990	1.919	4,33	1,72	2,522
06	193.310	417.420	769.660	1.844	4,15	1,88	2,208
07	182.660	360.010	768.660	2.102	4,25	2,09	2,030
08	180.520	348.720	713.870	2.047	5,41	3,21	1,683
09	186.580	374.060	744.280	1.990	5,90	2,70	2,185
10	185.160	370.830	691.870	1.866	6,35	3,52	1,803
11	186.810	372.930	832.830	2.233	4,93	3,07	1,605

Fonte: AFUBRA (2011)

O Brasil é, hoje, o segundo maior produtor do mundo, ficando atrás apenas da China e superando a Índia. Na safra 2009/2010, o Brasil caiu para o terceiro lugar (tabela 3), superado pela Índia. Nessa safra produziu 726.050 t, contra 765.000 da Índia. Entretanto, na safra 2010/2011, voltou à segunda colocação com 832.830 toneladas.

Tabela 3 – Produção mundial de tabaco

PRODUÇÃO MUNDIAL DE TABACO							
Safra: 2009/10							
P A Í S	TIPOS / TONELADAS						
	Virgínia	Burley	Oriental	Charuto	Outros	TOTAL	%
1 China	2.278.640	22.680	8.410	45.770		2.355.500	34,7
2 Índia	317.970	45.990			401.040	765.000	11,3
3 Brasil	588.420	94.710	70	3.550	39.300	726.050	10,7
4 Estados Unidos	216.780	91.230		4.180	39.780	351.970	5,2
5 Malavi	26.920	195.290	190		1.890	224.290	3,3
6 Turquia	4.490	1.950	169.430			175.870	2,6
7 Indonésia	35.620			6.350	107.510	149.480	2,2
8 Argentina	89.340	32.950		3.120	7.310	132.720	2,0
9 Itália	45.480	23.720		1.770	15.810	86.780	1,3
10 Tailândia	11.710	44.540	6.940	430		63.620	0,9
93 Outros	781.120	354.270	93.210	82.720	444.420	1.755.740	25,8
103 T O T A L	4.396.490	907.330	278.250	147.890	1.057.060	6.787.020	100
%	64,8	13,4	4,1	2,2	15,6	100	

Fonte: ITGA/ AFUBRA (2011)

Como pode se observar na Tabela 4 (abaixo), os quatro maiores produtores de tabaco do mundo são China, Brasil, Índia e Estados Unidos, respectivamente. Na China, a produção é controlada pela *China Tobacco Leaf Production Procuring and Sale Corporation*, empresa de administração estatal. Segundo Buainain e Souza Filho (2009, p. 74)

No sistema chinês, os produtores não tem espaço para decisões econômicas autônomas, guiadas por incentivos microeconômicos: os agricultores devem seguir o estipulado pelo plano de produção da província, cuja produção máxima está limitada por contratos de compra das empresas tabaqueiras estatais, a quem devem vender toda a produção a um preço fixo. Por parte do governo, os gastos com insumos fornecidos aos produtores são compensados pelo pagamento de preços de compra relativamente baixos. O Estado, como detentor do monopólio sobre a comercialização da folha de tabaco, tem poder para fixar os preços em níveis baixos sem afetar o nível da produção.

As três maiores companhias de tabaco mundiais, afora a companhia estatal chinesa, são *Philip Morris* (PM), com 16,4% do mercado e um faturamento anual de US\$ 47,1 bilhões; *British American Tobacco* (BAT); com 15,4% do mercado e US\$

31,1 bilhões e *Japan Tobacco International* (JTI), que com 7,2%, fatura US\$ 21,6 bilhões anuais (MACKAY; ERIKSEN, 2002 *apud* ALMEIDA, 2008, p.21).

Tabela 4 – Principais produtores mundiais de tabaco 2005-2008

País	2005		2006		2007		2008	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
China	1.364.312	2.685.743	1.375.877	2.746.193	1.164.503	2.397.152	1.250.703	2.836.725
Brasil	493.761	889.426	495.706	900.381	459.481	908.679	431.378	850.421
Índia	366.500	549.100	372.800	552.200	370.000	520.000	370.000	520.000
Estados Unidos	120.610	290.170	137.188	329.918	144.068	353.177	142.010	360.225
Irã	13.799	22.180	11.874	15.479	12.000	16.000	13.500	180.000
Argentina	90.000	163.528	90.000	165.000	92.000	170.000	92.000	170.000
Indonésia	198.212	153.470	168.692	146.265	194.517	164.851	199.031	169.668
Malawi	141.527	93.598	136.527	121.600	118.551	118.000	161.626	160.238
Paquistão	50.500	100.500	56.360	112.592	50.861	103.240	51.398	107.765
Itália	34.372	115.983	36.000	110.000	35.000	100.000	35.000	100.000
Turquia	185.342	135.247	146.166	98.137	144.904	74.584	120.871	100.000
Subtotal	3.058.935	5.198.945	3.027.190	5.297.765	2.785.885	4.925.683	2.867.517	5.555.042
Outros Países	902.049	1.538.203	862.232	1.368.037	839.975	1.302.785	830.590	1.326.392
Total mundial	3.960.984	6.737.148	3.889.422	6.665.802	3.625.860	6.228.468	3.698.107	6.881.434

Fonte: FAO, FAOSTAT (2009) *apud* Afubra (2011).

Nos EUA, diferentemente do Brasil, a produção de tabaco é feita em médias e grandes propriedades. É mecanizada, o que diminui os custos com mão de obra e aumenta a possibilidade de uma produção mais eficiente. Outra diferença é que o produtor norte-americano é responsável pelo financiamento da safra, seja com recursos próprios, seja por meio de financiamentos bancários. Já na Índia, o setor público desempenha uma importante função na gestão e controle do mercado de tabaco. Há ações para promover o aumento da área cultivada, melhorar a qualidade e garantir melhores preços. A Índia é o segundo maior consumidor de cigarro com 462 bilhões de unidades em 2010, em primeiro lugar está a China com 2.744 bilhões de unidades (AFUBRA, 2011).

O volume de tabaco produzido e consumido em todo o mundo depende da demanda, determinada principalmente pela renda e tamanho da população, bem como as diversas políticas feitas pelos países para reduzir o consumo, como leis e decretos. A produção mundial de tabaco em folha aumentou de 4 milhões de toneladas em 1971 para mais de 6 milhões em 2000. Esse crescimento ocorreu principalmente em países em desenvolvimento. A FAO (*Food and Agriculture Organization*) havia projetado um crescimento para 2010, de 7,1 milhões de toneladas. Como se pode observar na Tabela 5, a estimativa se aproximou do valor da produção de 2010, que alcançou 6.787.020 t. Ainda segundo a FAO, a produção

de tabaco nos países desenvolvidos diminuiu de forma constante desde 1990, enquanto os países em desenvolvimento continuam a aumentar a produção.

Tabela 5 – Fumicultura mundial em toneladas 2000-2010

FUMICULTURA MUNDIAL					
Toneladas					
ANO	PRODUÇÃO DE TABACO		CONSUMO	ESTOQUE	Export / Import
	Crú	Processado			
2000	6.582.340	5.924.110	6.368.100	6.935.470	1.961.740
2001	6.111.220	5.500.100	6.285.120	6.150.450	2.061.710
2002	6.555.690	5.900.120	6.303.130	5.747.440	2.098.060
2003	6.500.140	5.850.130	6.300.200	5.297.370	2.088.600
2004	6.961.220	6.265.100	6.310.110	5.252.360	2.095.150
2005	7.022.370	6.320.130	6.325.130	5.247.360	2.241.390
2006	6.937.080	6.243.370	6.160.680	5.330.050	2.293.200
2007	6.424.090	5.616.350	5.996.220	4.950.180	2.267.290
2008	6.348.020	5.713.220	5.694.460	4.968.940	2.280.250
2009	6.904.210	6.213.790	5.680.220	5.502.510	2.289.970
2010	6.787.020	6.108.320	5.674.540	5.936.290	2.237.920
Var. %	3,1	3,1	-10,9	-14,4	14,1

Fonte: ITGA, 2011 *apud* Afubra, 2011.

Nos países desenvolvidos os salários pagos aos envolvidos na cadeia do fumo são mais elevados do que nos países em desenvolvimento (FAO, 2012). O valor agregado ao produto também é maior, pois há o uso de novas tecnologias que permitem, por exemplo, utilizar folhas de menor qualidade, que estariam aptas a serem descartadas. Elevam-se os custos, mas aumenta-se a qualidade e os rendimentos do produto.

Países como o Brasil, Malawi e Zimbábue estão se tornando capazes de competir com mais eficiência no mercado global, apesar dos baixos salários e das condições estabelecidas aos produtores. A redução da produção de tabaco em países desenvolvidos pode provocar uma variação da produção em favor dos países em desenvolvimento. A produção de tabaco está crescendo onde a demanda está aumentando, onde os custos de produção são baixos e onde há acesso ao mercado internacional. A tendência é que a produção deva continuar crescendo em países em desenvolvimento, apesar de que, nas últimas décadas, o mercado do tabaco está enfrentando um ambiente desfavorável. A proibição de propagandas, o aumento de tributos sobre o consumo e a redução da aceitação, como a proibição de fumar em locais públicos e até alguns privados, são algumas das medidas para a redução de consumo, produção e comercialização.

2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

De uma maneira geral, o conceito de agricultura familiar reporta ao uso da pequena propriedade rural tendo, essencialmente, como mão de obra o núcleo familiar. Esse é o cenário observado com os plantadores de fumo na região estudada, composto integralmente por agricultores familiares. Já o conceito de Responsabilidade Socioambiental, que deriva de Responsabilidade Social Empresarial, diz respeito à participação de empresas em ações comunitárias e ambientais, com o objetivo de minorar os possíveis danos sociais e ao meio ambiente decorrentes do tipo de atividade que exerce.

A agricultura familiar está presente em vários estados do Brasil. Tendo em conta dados do censo agropecuário de 2006, 85% do total de estabelecimentos rurais do país são familiares. Em Santa Catarina, 96% dos estabelecimentos possuem esta característica. Segundo a Lei Nº 8.629/1993, artigo 4º, pequena propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais e são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (BRASIL, 1993), direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Já módulos fiscais, segundo a Lei Nº 6.746/1979, que altera os artigos 49 e 50 do Estatuto da Terra, são unidades de medida expressas em hectares, fixada para cada município pelo Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerando os seguintes fatores: o tipo de exploração predominante no Município; a renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de "propriedade familiar" (BRASIL, 1979).

O conceito de propriedade familiar está definido na Lei Nº 4.504/1964, artigo 4º, inciso II, que é o “Estatuto da Terra”, e diz o seguinte: Propriedade Familiar é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

A Lei Nº 11.326/2006, artigo 3º, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes

requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Como se pôde perceber, há uma evolução da legislação brasileira a respeito dos conceitos referentes à agricultura familiar. Primeiramente o Estatuto da Terra, datado de 1964, definiu propriedade familiar, depois a Nº Lei 8.629 de 1993 conceituou pequena propriedade e por último, em 2006, a Lei Nº 11.326 trouxe a consolidação atual do conceito de agricultura familiar.

Com base nesses conceitos estabelecidos em lei, observa-se a média do tamanho das propriedades no município de Santa Helena, que ficam em torno de 10 hectares. No Município, um módulo fiscal equivale a 18 hectares, portanto os produtores se encaixam no conceito de agricultores familiares (INCRA, 2012). Altafin (2007) fala da importância de se valorizar as particularidades dos territórios brasileiros, uma vez que, por exemplo, a escolha do módulo fiscal leva em conta fatores como o tipo de produção dos municípios.

Tendo em vista o conceito legal, constata-se que o termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território. Conhecer e compreender as especificidades de uma dada situação concreta torna-se imprescindível para todos os envolvidos em processos de desenvolvimento sustentável. Além de bases teóricas sobre características comuns, estratégias globais e princípios gerais ao conjunto da produção familiar, é fundamental a valorização do conhecimento dos agricultores e a reflexão sobre as particularidades de cada local (ALTAFIN, 2008, p. 15).

Com uma estrutura fundiária consolidada pela presença da produção colonial do migrante europeu, contrastando com aquela dominante nas demais regiões do país, a divisão de terras no Sul do Brasil reproduziu o padrão agrário do campesinato da Europa, parcelando as terras em pequenas propriedades, característica típica da agricultura familiar. Na Região Sul, destacam-se pela igualdade na distribuição das terras e pela agricultura familiar, os municípios incluídos nas áreas coloniais de migrantes italianos e alemães situadas no noroeste do Rio Grande do Sul, na região vinícola da Serra Gaúcha assim como aqueles

situados na região da agroindústria de aves e suínos, no oeste catarinense e sudoeste paranaense (CENSO AGRO, 2006, p.118). As áreas onde predomina a pequena propriedade rural são intensivas em mão de obra, pois toda a família trabalha. Em contraposição, as áreas com grandes propriedades rurais mecanizadas, apresentam pouca utilização de mão de obra e baixa densidade demográfica. Como demonstram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2006, do IBGE:

Apesar de utilizarem individualmente poucos trabalhadores, os pequenos estabelecimentos de área inferior a 200 ha são muito mais intensivos em mão de obra que os outros grupos de tamanho. Isso se verifica pela relação entre o número de trabalhadores por unidade de área. Os pequenos estabelecimentos utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e inferior a 2.000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior a 2.000 ha). Assim, se por um lado os pequenos estabelecimentos detinham apenas 30,31% das terras, responderam por 84,36% das pessoas ocupadas em 31.12.2006 (CENSO AGRO, 2006, p. 129).

Diante da quantidade de agricultores familiares no país e da importância desses produtores no combate à fome e na segurança alimentar com a produção de alimentos, o Governo Federal brasileiro criou em 1996 um programa de apoio ao agricultor familiar intitulado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

Entretanto com relação ao plantio de fumo o Programa diz o seguinte:

É vedada a concessão de crédito ao amparo do Pronaf relacionado com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras, ressalvado que pode ser concedido financiamento de investimento a produtores de fumo que desenvolvem a atividade em regime de parceria ou integração com agroindústrias, desde que: I - o investimento não se destine exclusivamente à cultura do fumo e seja utilizado em outras atividades que fomentem a diversificação de explorações, culturas e/ou criações e a reconversão da unidade familiar; II - no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, fique comprovado que, no mínimo, 20% da receita gerada pela unidade de produção tenha origem em outras atividades que não o fumo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

Segundo dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural, elaborado pelo Banco Central do Brasil, em 2010 foram firmados, no Brasil, 705 contratos para concessão de crédito pelo Pronaf para fumicultores. Nos estados do Sul foram apenas sete contratos para a cultura no mesmo ano, o que significa dizer que a grande maioria dos produtores estão integrados com indústrias fumageiras e, por isso, não se encaixam nas regras do Programa para receber o crédito.

O Brasil, por ser o maior exportador e o segundo maior produtor mundial, certamente sentirá os efeitos de mudanças na cadeia produtiva do tabaco numa possível redução da demanda mundial de fumo. Durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde em 1999, foi proposto pelos Estados-Membros das Nações Unidas, a criação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que determina um conjunto de medidas para deter a expansão do consumo de tabaco e seus agravos à saúde. O Brasil assinou o texto e o Senado, em 2005, aprovou a ratificação para a Convenção. Foi aprovada diante de um cenário de grande turbulência gerando disputas entre diferentes setores da sociedade, principalmente as associações que representam os fumicultores e a indústria de tabaco, preocupados com a baixa na produção e, conseqüentemente na geração de renda. Alguns trechos do Preâmbulo, do artigo 4º e do 17º da CQCT estão descritos abaixo:

As Partes desta convenção, determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública; [...] Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco; Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional.

Os trechos, em sequência, da mesma Convenção foram definidores para a ratificação do Brasil, uma vez que reconhecem os desafios sociais e econômicos de quem lida com essa cultura:

Acordaram o seguinte: [...] Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição. [...] Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis: as Partes, em cooperação entre si e com as

organizações intergovernamentais, internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

Nesse cenário de instabilidade econômica e social na produção de tabaco, em 2005, o Brasil lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco⁴. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o objetivo do programa é buscar alternativas produtivas e geradoras de renda na fumicultura, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias agricultoras (MDA, 2012).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é o coordenador do Programa, em parceria com organizações governamentais, não-governamentais, sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e representações dos agricultores familiares. Atualmente, 60 projetos são apoiados em sete estados do Brasil, atendendo cerca de 30 mil famílias. As ações abrangem a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), capacitação e pesquisa. É um projeto que, ainda, atende poucas famílias produtoras. No Município estudado, as famílias já diversificam a produção, pois também dependem dos alimentos plantados para a própria sobrevivência. Compram apenas o essencial e o restante tiram das lavouras.

A produção de fumo hoje se concentra, principalmente, nos países em desenvolvimento. Grande parte desse aumento deveu-se ao custo de produção, que é mais baixo. No Brasil deve-se, também, pela presença crescente de multinacionais, atraídos pelos preços e pelas facilidades aqui encontradas. Com o Sistema Integrado de Produção, que fornece apoio técnico, financiamento de insumos para a produção e garantia de compra do produto, as fumageiras brasileiras e multinacionais fixaram relações com os agricultores familiares, principalmente do Sul do país.

Acredita-se que o principal motivo pelo qual essas empresas escolhem trabalhar com agricultores familiares seja de cunho econômico. É mais barato para uma empresa fumageira pagar para produzir o fumo e controlar a qualidade do produto do que arcar com custos de produção, pois envolve grande quantidade de terra e mão de obra. Por outro lado, sabe-se que os pequenos agricultores são mais vulneráveis a riscos (naturais, flutuações no mercado econômico), e os contratos

⁴ O programa trabalha na perspectiva da diversificação da produção e não na substituição dos cultivos, visto que muitas famílias dependem da renda advinda do plantio de fumo.

representam uma segurança de mercado, oferecida pela própria empresa com garantia de compra da safra, com lucros brutos maiores, criando um laço de confiança com os produtores.

A cultura do fumo movimenta por ano cerca de R\$ 15,2 bilhões, dos quais R\$ 7,7 são destinados ao governo para pagamento de impostos, R\$ 3,2 são para a indústria, R\$ 3,3 ficam com os produtores e R\$ 927 milhões com os varejistas (SINDITABACO, 2011). Esses dados evidenciam a fragilidade econômica do produtor de fumo no país, pois dividindo os lucros pelo total de produtores tem-se uma renda média de 13 mil reais bruto por ano. Dividindo essa renda por dois, que é a quantidade média de trabalhadores nas pequenas propriedades, tem-se a renda bruta de 6,5 mil reais/ano. E ainda assim é uma das culturas, em pequenas propriedades, com maior rendimento econômico, segundo os entrevistados desta pesquisa.

Outro conceito a ser analisado é o de Responsabilidade Socioambiental (RSA) que deriva do termo Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e deve ser entendida como parte integrante desse conceito. No livro *Responsabilidade Social Empresarial*, Tenório (2004) apresenta alguns conceitos, de autores distintos, para Responsabilidade Social. Dentre os principais está o conceito de D'Ambrosio e Mello (1998 *apud* TENORIO, 2004, p. 32):

A Responsabilidade Social de uma empresa consiste na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce.

Tenório (2004) discorre, também, sobre a origem do conceito de Responsabilidade Social. No século XIX, com a Revolução Industrial, houve a intensificação de problemas ambientais e a precariedade nas relações de trabalho, como exemplo, longas jornadas de trabalho com baixos salários, poluição química, barulho, falta de higiene e água potável. Anos de qualidade de vida degradada fizeram com que a sociedade se mobilizasse, pressionando governos e empresas a solucionarem os problemas gerados pela industrialização.

O conceito de Responsabilidade Social Empresarial passou a incorporar alguns anseios e a ser entendido não apenas como geração de empregos, pagamento de impostos e geração de lucros, mas também como o

cumprimento de obrigações legais referentes a questões trabalhistas (TENÓRIO, 2004, p.17).

As empresas começaram a perceber o descontentamento de seus funcionários e o quanto isso influenciava na produção econômica e viram que a RSE tem uma dimensão econômica (empregados mais satisfeitos geram lucros maiores), mas também social e ecológica.

Já Savitz (2007), em *A Empresa Sustentável*, utiliza o termo sustentabilidade, que acredita ser mais abrangente:

Muitos empresários, autores e especialistas usam a expressão Responsabilidade Social das Empresas (RSE), por exemplo, para se referirem as obrigações da empresa para com a sociedade em geral. É um termo útil e, em certos contextos, usamos as expressões “empresas responsáveis” ou “responsabilidade empresarial” como epítome dos tipos de prática sociais que recomendamos. No entanto preferimos o termo sustentabilidade, porque responsabilidade enfatiza os benefícios para os grupos sociais fora da empresa, ao passo que sustentabilidade atribui igual importância aos benefícios desfrutados pela empresa em si (SAVITZ, 2007, p. 3).

Existem indicadores para o cálculo da RSA Corporativa/Empresarial. Como cita Gomes *et al* (2010, p. 248), há, por exemplo, a Bovespa *Holding*, que calcula e divulga o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que virou referencial do comércio brasileiro, atuando como promotor de boas práticas no meio empresarial brasileiro. A Bolsa de Nova Iorque criou o referencial *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), com a finalidade de demonstrar a valorização de organizações engajadas com a responsabilidade social corporativa e o desenvolvimento sustentável. Há, também, os Indicadores *Ethos* de Responsabilidade Social Empresarial, do Instituto *Ethos*, que estão organizados em sete temas: valores; transparência e governança; público interno; consumidores e clientes; comunidade; governo; sociedade e meio ambiente.

Os indicadores são de suma importância para mensurar o desempenho socioambiental das empresas. Demajorovic (2003, p.180) diz que, diante da variedade de usuários interessados nos indicadores de performance ambiental, prolifera uma infinidade de formas diferenciadas de avaliar esse desempenho e que, exceto por um conjunto de normas e padrões que é similar em alguns países, não apresentam um padrão definido de indicadores que permita a comparação entre empresas, visto que elas são de diferentes ramos. Deste modo, tendo em vista a

multiplicidade de indicadores socioambientais, neste estudo foram selecionados alguns deles, não seguindo um só padrão de indicadores: segurança na produção, investimentos sociais na comunidade, geração de resíduos sólidos, educação ambiental e compromisso com princípios e direitos nas relações de trabalho. Esses indicadores foram escolhidos para atender aos objetivos da pesquisa e para facilitar o processo de análise da RSA das três empresas fumageiras: Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos e Philip Morris.

Atualmente a sociedade passou a valorizar mais os produtos e serviços que preservem e respeitem o meio no qual estão inseridos (social e ambiental). Essa conscientização está fazendo com que empresas de todos os ramos invistam em serviços ecologicamente corretos, criando um diferencial competitivo e agregando valores aos seus produtos. A questão ambiental é cada vez mais vista como elemento essencial no processo de gestão. As empresas são questionadas não só pelo que fazem, mas também pelo que deixam de fazer pela sociedade e meio ambiente.

Muitas empresas estão tentando incorporar a variedade socioambiental em suas estratégias de *marketing*. Ao listar objetivos e estratégias para a preservação do meio ambiente, saúde e segurança, as empresas estão demonstrando que atribuem importância aos riscos socioambientais. Em muitas empresas, as informações se encontram organizadas em boletins, informativos ou em *sites* na internet distribuídos para seu público interno e externo. Ainda que a missão de uma empresa dependa do seu efetivo desempenho socioambiental, ela serve para indicar como os assuntos socioambientais são percebidos pela organização (DEMAJOROVIC, 2003, p. 168).

Demajorovic (2003 p. 166-167) revela ainda que

Os recentes debates sobre a Responsabilidade Socioambiental das empresas põem em cheque a visão do desempenho organizacional, centrado exclusivamente nos indicadores financeiros tradicionais, como lucratividade, participação no mercado e nível de investimentos. Não se trata de uma tarefa simples, uma vez que a incorporação dos problemas ambientais é algo relativamente novo tanto para as empresas quanto para a teoria organizacional.

Estudos apontam que o consumidor valoriza cada vez mais a atuação socialmente responsável das empresas, o que agrega à marca identidade positiva e estimula sua escolha no momento da compra (GOMES *et al.*, 2010, p. 251). Felix

(2011, p. 127) confirma, em sua pesquisa *Sustentabilidade e cadeia de valor*, na qual avaliou o comportamento de consumidores em relação a valores de Sustentabilidade Socioambiental agregados à imagem de algumas marcas e produtos, que os consumidores demonstraram-se muito interessados em melhor conhecer as práticas de ações sociais e ambientais realizadas pelas empresas, o que estimularia, inclusive, a preferência dos consumidores.

Como já explicitado anteriormente, este estudo analisa a RSA das três principais fumageiras que atuam no Município de Santa Helena. São elas: Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos e Philip Morris. A Souza Cruz foi criada em 1903 e adquirida em 1914 pelo grupo *British American Tobacco* (BAT). A empresa destaca em sua página na internet algumas ações de Responsabilidade Socioambiental que realiza em algumas comunidades. Suas principais marcas de cigarro são Carlton e Derby. A empresa foi pioneira do sistema integrado de produção, que conta com mais de 90 anos. Informa, ainda, que:

Atua de forma a propiciar a sustentabilidade de seus produtores integrados. Com foco no fortalecimento de seu negócio, ampliação de sua qualidade de vida, e apoio à gestão integrada da produção e à diversificação. Uma das prioridades de investimento é o desenvolvimento de atividades que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades, incluindo apoio a instituições de educação e conservação da cultura local e nacional. O foco dos investimentos está em oferecer treinamento, educação e oportunidades às pessoas para ajudá-las em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se promove o empreendedorismo. Os funcionários da Souza Cruz participam de atividades como difusores dos conceitos de cidadania, buscando aprimorar o nível de responsabilidade social corporativa e ética organizacional [...]. Em parceria com empresas públicas de extensão rural e entidades representantes de trabalhadores e proprietários, e contando com a assistência técnica de seus orientadores agrícolas, a Souza Cruz trabalha para o sucesso da cadeia produtiva no presente, pensando no futuro (SOUZA CRUZ, 2012).

Ainda no site da Souza Cruz, a Companhia lança a seguinte questão: pode uma empresa de cigarros ser socialmente responsável? E responde o seguinte:

A Souza Cruz fabrica e vende cigarros de qualidade, mas sabe que seu papel na sociedade brasileira vai muito além. Apesar de fabricar e comercializar um produto cujo consumo está estatisticamente associado a riscos à saúde, a Cia. procura levar em conta também sua responsabilidade e transparência junto aos diversos públicos com os quais se relaciona. Entre os pontos centrais de sua atuação está a decisão de focar seu negócio no público consumidor adulto e já fumante e conscientizar o comércio varejista sobre a importância de impedir que menores de 18 anos tenham acesso a produtos derivados do tabaco (SOUZA CRUZ, 2012).

A Philip Morris Internacional (PMI) é a companhia de tabaco líder no mundo, tem filiais espalhadas em todos os continentes. Em sua página da internet estão descritas as ações de responsabilidade da empresa:

Para nós a responsabilidade começa com o produto. Por esta razão estamos comprometidos a comunicar de forma aberta e transparente os riscos à saúde causados pelo consumo de tabaco e respaldar a regulação do tabaco em todos os lugares onde comercializamos nossos produtos. Como empresa, também apoiamos iniciativas nas comunidades locais das quais fazemos parte, onde vivemos e trabalhamos e também nos locais de onde provém o nosso produto. Concretamente nos centramos em cinco áreas críticas: fome e pobreza extrema, educação, sustentabilidade ambiental, violência doméstica e ajuda em caso de desastre. Atualmente nossos programas de contribuição marcam a diferença em várias comunidades do mundo todo. Levamos muito a sério o papel que temos nas comunidades locais em que operamos e apoiamos ativamente iniciativas para promover a educação e impedir o trabalho infantil nas plantações de tabaco (PHILIP MORRIS INTERNACIONAL, 2012, TRADUÇÃO NOSSA).

A empresa atua no Brasil como Philip Morris Brasil. Suas principais marcas são a Marlboro, marca mais vendida no mundo, e LM, a quarta mais popular (PMI, 2012). No Brasil desde 1973, não operava plantas de processamento de tabaco em folha, como as demais (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009, p.119). Porém, em 2010, a Universal Leaf Tabacos anunciou um acordo com a Philip Morris Brasil, subsidiária da Philip Morris Internacional, para transferência de contratos de produção de tabaco na ordem de 20% do volume produzido no país (*JORNAL NOVO HAMBURGO*, 2012). Desse modo, a empresa passou a integrar-se diretamente com alguns produtores, antes atendidos pela Universal. No Município de Santa Helena, o instrutor que era da Universal, passou a trabalhar para a Philip Morris, o mesmo aconteceu com os agricultores integrados com a Universal, que passaram a ser integrados da Philip Morris.

A Universal Leaf Tabacos já atua no Brasil com o Sistema Integrado de Produção de Tabaco desde 1970. Também faz parte de um conglomerado de uma multinacional, a *Universal Leaf Corporation*. Em sua página da Internet há um “código de conduta” a ser seguido. Alguns trechos esclarecem o seguinte:

A Universal tem forte compromisso com a política de responsabilidade social nas áreas onde opera. Nós orientamos os plantadores de tabaco no mundo inteiro a respeito de boas práticas agrônômicas, que incluem recomendações sobre a conservação do solo, plantio de árvores, seleção da variedade de tabaco, aplicação de fertilizantes e uso de pesticidas, recolhimento de embalagens, no esforço para melhorar a eficiência dos

plantadores e a conservação dos recursos naturais. [...] Não empregamos mão de obra infantil em violação a quaisquer leis locais ou contrariando as práticas de emprego respeitadas e aceitas e incentivamos os produtores de tabaco a fazer o mesmo nos países onde operamos. Temos compromisso absoluto de fazer com que nosso pessoal atue em conformidade com as leis vigentes [...] (UNIVERSAL LEAF CORPORATION, 2012).

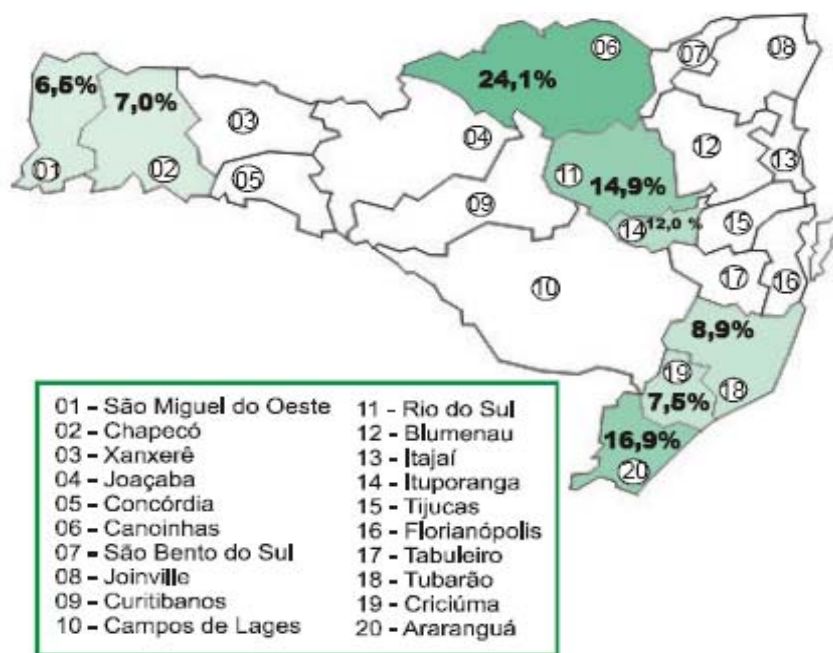
O recolhimento de embalagens de agrotóxicos, a destinação correta, a tríplice lavagem e a utilização de EPIS estão previstos na Lei Nº 7.802/1989 (Lei dos Agrotóxicos), que diz que as empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários. O não emprego de mão de obra infantil, no Brasil, está previsto na Constituição Federal de 1988, a qual proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Essas são as principais ações das empresas fumageiras divulgadas em seus *sites*. No capítulo seguinte essas ações são analisadas, considerando as informações fornecidas pelos agricultores entrevistados, de modo a verificar se elas são empreendidas ou não no Município de Santa Helena.

3 A PRODUÇÃO DE TABACO NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Os dados sobre a safra de tabaco de 2010/2011 indicam que o Sul do país responde por 96% da produção nacional. O Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro, com 46%, seguido de Santa Catarina, 32% e Paraná, 18%. Dos 293 municípios de Santa Catarina, 234 são produtores de tabaco, o que equivale a 80% do total de Municípios (SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SC, 2011).

No Município catarinense de Santa Helena, em 2010, foram 266 hectares de área plantada, com produção de 428 toneladas de fumo em folha e um rendimento médio de 1.609 Kg por hectare (IBGE, 2011). A produção da microrregião de São Miguel do Oeste é de 6,5% do total do Estado, conforme mapa 1.



Mapa 1 – Fumo: concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina, safra 2008/09 (total=247,7 mil t)

Fonte: IBGE (2010)

O inicialmente Distrito de Santa Helena foi fundado em 1962 e colonizado por gaúchos descendentes de imigrantes italianos e alemães. Foi emancipado em 1992. O Município está localizado no extremo Oeste de Santa Catarina. Pertence a microrregião de São Miguel do Oeste e possui, segundo o IBGE, 81 Km de extensão e, em 2010, 2.382 habitantes. Destes, 37% vivem na zona urbana e 63% na zona rural. Cerca de 16,8% da população tem entre 15 e 24 anos de idade, enquanto que

a média nacional, segundo o censo demográfico de 2000 é de 20%. Cerca de 30% da população do município se concentra na faixa etária entre 40 e 59 anos.

O minifúndio predomina na área rural. As principais fontes de renda do município são o milho, o leite, os aviários e o fumo. As propriedades rurais do Município possuem, em média, 10 hectares, dos quais, também em média, 1,5 é reservado para o plantio do fumo.

O ciclo do fumo no Sul do país, do plantio até a colheita, acontece no verão, com temperaturas altas, o que revela o principal motivo, relatado pelos entrevistados, de não se usar os equipamentos de segurança: o calor elevado.

Nos meses de abril e maio as sementes são plantadas em bandejas formando muitas mudas, que após 30 dias são repicadas, ou seja, são separadas e plantadas em uma quantidade maior de bandejas. Após 45 a 50 dias as mudas estão prontas para serem plantadas, agora no solo. É quando ocorre a preparação da terra para o plantio do tabaco, entre julho e agosto. A produção de mudas de fumo chegou a ser feita em grandes canteiros de terra. Atualmente utiliza-se o sistema *Float* (Figura 1), que consiste em piscinas tapadas com lona branca. As mudas são plantadas em bandejas de poliestireno (isopor) preenchidas com substrato. As bandejas flutuam na água, de onde recebem os nutrientes, evitando a contaminação do solo por agrotóxicos. Sua utilização permitiu a eliminação do uso do gás Brometo de Metila e reduziu a aplicação de fungicidas. Com o *Float*, não há necessidade de irrigação dos canteiros e o transplante não depende das chuvas, o resultado são mudas e lavouras mais uniformes e produtivas (SOUZA CRUZ, 2012).



Figura 1 – Canteiro para a preparação de mudas de fumo no sistema *Float*

Fonte: Pesquisa de campo, (RADEL, 2011)

No mês de novembro, ou mais ou menos 60 dias depois do plantio no solo, ocorre a capação, isto é, quebra-se a parte superior da planta (botão floral) e passa-se um produto anti-brotante para inibir o crescimento dos brotos da planta, inclusive os que nascem em cada folha. Tal procedimento evita que os nutrientes absorvidos pela planta sejam enviados para a parte superior e, assim, as folhas se desenvolvem com maior rapidez, peso e qualidade. O início da colheita ocorre em média 10 dias após a capação do fumo, observando-se o ponto de maturação das folhas, por volta de dezembro e janeiro.

Na variedade Burley (Figura 2), é feita a colheita do pé todo e não apenas das folhas, como na variedade Virgínia. A planta é espetada numa vara e posta para secar em galpões, onde passa de 30 a 40 dias dependendo do clima e tempo da região. Depois de seco, separam-se as folhas e o tabaco é classificado. A classificação é a parte da produção que requer a maior mão de obra por parte do agricultor. São em média 30 dias para a classificação, com 9 horas diárias de trabalho, em média, embaixo do galpão, separando o produto em classes. Pela descrição do ciclo, observa-se que todos os meses do ano são utilizados para os trabalhos com o fumo.



Figura 2 – Planta de tabaco do tipo Burley
Fonte: Pesquisa de campo, (RADEL, 2011)

Deve-se atentar para a classificação⁵ dos tabacos de galpão, mais especificamente o Burley, que detém a maior porcentagem de hectares plantados no

⁵ A classificação do tabaco é feita com base na Instrução Normativa nº 10 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Município de Santa Helena. Os tabacos de galpão (TG) são classificados da seguinte forma: Grupo: TG; Subgrupos: FM e FS; Classes: X, C, B e T; Tipos: 1, 2 e 3; Subtipos: K, G e N.

O tabaco em folha curado, independente do grupo a que pertence (há também o tabaco de estufa - TE), será classificado segundo a sua apresentação e arrumação, em 2 (dois) subgrupos: o das Folhas Manocadas (FM) que são conjuntos de folhas com, no máximo, 4,0 cm de diâmetro, juntadas e amarradas pela extremidade dos talos por uma folha da mesma classificação, devendo ser uniformes quanto ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade; e Folhas Soltas (FS), que são conjuntos de folhas a granel e com talo inteiro, devendo ser uniformes quanto ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade.

Quanto às classes, o "X" ou Baixeiras, são folhas situadas na parte inferior da planta, sendo as primeiras de baixo para cima, cuja textura laminar é fina, formato mais arredondado e, com espessura do talo e nervuras mais finas. A classe "C" ou Semimeeiras, tem folhas situadas no meio inferior da planta, de textura laminar média, formato arredondado a oval e, com espessura média do talo e nervuras. A "B" ou Meeiras, com folhas situadas no meio superior da planta, de textura laminar média a encorpada, formato oval e, com espessura média a encorpada do talo e nervuras. E finalmente a "T" ou Ponteiras são folhas situadas na parte superior da planta sendo as últimas folhas, de textura laminar média a encorpada ou grossa, formato lanceolado e, com espessura média a encorpada ou grossa do talo e nervuras.

A subclasse "L" do grupo TG, é constituída de folhas de cor castanho claro, separando-as daquelas que possuem a coloração castanho escuro. O tipo "1" é constituído de folhas maduras, com boa granulosidade⁶ e elasticidade, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de forte intensidade. O tipo "2" possui folhas maduras, de granulosidade e elasticidade moderada, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de intensidade moderada. E o tipo "3" é classificado de folhas não maduras a passadas de maduras, de granulosidade e elasticidade mínimas, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de fraca intensidade.

Em relação aos subtipos tem-se: Subtipo "K", constituído de folhas das classes X, C, B e T que apresentam em sua superfície, isoladamente ou em

⁶ Aspereza ou porosidade característica da folha de tabaco, definida pela sua estrutura celular.

conjunto, coloração esbranquiçada ou pálida, acinzentada, com predominância de até de 50%, descorada ou queimada pelo sol. Subtipo "G", composto de folhas que apresentam coloração esverdeada, excluída a coloração verde capim. E subtipo "N", formado de folhas das classes X, C, B e T que apresentam em sua superfície, isoladamente ou em conjunto, com predominância de mais de 50% de incidência, coloração acinzentada, descorada ou queimada pelo sol, isentas de matérias estranhas e impurezas, desde que apresentem bom estado de conservação e sanidade.

O tipo Burley, segue a seguinte classificação, em ordem decrescente de qualidade: T1, T1L, T2, T2L, T3, T3L, TK, B1, B1L, B2, B2L, B3, B3L, BK, C1, C1L, C2, C2L, C3, C3L, CK, X1, X1L, X2, X2L, X3, X3L, XK, N, G.

Ainda com relação à classificação do tabaco, porém com dados da pesquisa de campo, a empresa integradora recomenda ao produtor a classificação da produção antes da entrega da mercadoria. Assim, o agricultor separa o tabaco em classes, de acordo com a cor, textura, local que foi retirado do pé e vários outros critérios, como vistos acima. Depois do trabalho manual de classificação do fumo, a empresa recolhe a mercadoria e leva para um galpão próprio, onde será avaliado e até reclassificado, seguindo parâmetros de um "classificador" contratado pela empresa.

3.1 A visão dos agricultores da região

Em campo, foi possível ouvir sete fumicultores e um ex-fumicultor. Dessas entrevistas, quatro foram gravadas e em quatro delas não se utilizou o aparelho de gravação, com o propósito de se perceber alterações nas reações dos agricultores com e sem o aparelho. Com isso, percebeu-se que os entrevistados comportaram-se da mesma forma na ausência e presença da gravação. Além dos fumicultores, entrevistou-se o Secretário de Saúde do Município, entrevista gravada, e um dos instrutores que atuam na região, que não permitiu a gravação. Abaixo estão compilados e analisados trechos dessas entrevistas.

O ex- fumicultor entrevistado, que parou de plantar no ano de 2010, tendo sua última colheita realizada em 2011, conta que o principal motivo de sua desistência foram as constantes reclassificações de sua produção pela empresa integradora.

A empresa não paga para ninguém a classe que é verdadeira, não paga pra ninguém! Eu tinha o ano passado [2010] uns 300 kg de fumo de um tipo só [uma classe só], isso dava uns 5 ou 6 fardos de 45 a 50 kg cada, “foi tudo um fumo” que eu classifiquei sozinho, pode mudar alguma folha, um pouco diferente, mas desse monte eles te dão 3 ou 4 classes, então, não é justo! A empresa não compra o produto na casa do produtor e também não classifica na casa. O produtor tem que ir lá, e depois lá eles fazem o que querem. Depois que “tu tá” lá e por acaso não aceitar a classificação, para trazer o fumo de volta fica fora de mão, então o produtor acaba aceitando o preço e acabou! (Fumicultor, 65 anos).

Para trazer o fumo de volta, como disse o entrevistado, o agricultor tem de arcar com os custos do transporte e depois ainda preocupar-se em achar outro comprador para sua safra. Outra reclamação constatada junto aos entrevistados é que o agricultor que paga os insumos comprados com a empresa antes de começar a plantar, recebe um desconto no valor total (10%), porém quando há uma grande oferta de tabaco no mercado (super safra), se o produtor já estiver com os insumos quitados, ou seja, não mantiver nenhum débito com a empresa, esse produtor vai para o final da fila na hora que a empresa busca a produção. E se o produtor tem débito com a empresa, isto é, paga os insumos parcelados e sem desconto, a empresa busca em primeiro lugar esse produto para poder receber o pagamento. O que pode ocorrer, neste caso, é a empresa não conseguir colocar o produto no mercado rapidamente (daquele que ela pegou por último) e o fumo ficar estocado nos galpões à espera de comprador, o que pode ocasionar queda no preço.

As classificações das empresas são descritas pelos produtores como “injustas”, pois, segundo eles, na maioria das vezes não estão de acordo com as classes identificadas nas propriedades. Verifica-se isso em um “desabafo” de um produtor entrevistado que, quando estava acompanhando a classificação de seu produto pela empresa, não concordou com a situação imposta:

Eu briguei com eles e disse: é, para vocês é fácil quando o fumo está aqui, abaixam a classe e dão pouco valor, porque vocês não sabem o que é começar desde a mudinha pequena, até chegar aqui em vocês! Aquele dia eu desabafei (Fumicultor, 59 anos).

Nos três estados líderes em produção, é empregado o sistema de integração com a indústria e, assim, o dimensionamento do plantio se dá de acordo com as necessidades internas e de exportação do produto. Segundo entrevista com um dos

instrutores⁷ de fumo, que atua no Município, o Sistema Integrado é bem aceito pelos produtores. De acordo com ele, os produtores não precisam sair de suas casas nem para assinar o contrato, a empresa leva o contrato até o produtor. A empresa, por meio do Sistema Integrado, presta todas as informações sobre as formas mais seguras de se utilizar os agrotóxicos, ensina a fazer a tríplice lavagem, os furos no fundo dos recipientes e recolhe as embalagens em local e dia determinados.

O instrutor informou, ainda, que o produtor não é obrigado a vender à empresa. No contrato existe especificação de multa, mas que a empresa nunca cobrou dos produtores que não lhe entregaram a produção; é uma espécie de “contrato moral, ético”, segundo o instrutor. Caso não venda à empresa integradora, o produtor deve apenas arcar com os custos dos insumos que são fornecidos pela empresa, conclui ele.

Como já dito no 1º capítulo deste trabalho, o sistema de integração rural se articula em torno de contratos de compra e venda. A empresa se vincula ao agricultor e firma com ele o fornecimento de certa quantidade de tabaco. Ela repassa aos produtores os insumos certificados e autorizados ao cultivo, presta assistência técnica, é responsável pelo transporte do produto da propriedade até as usinas de beneficiamento e garante a compra integral da produção (AFUBRA, 2011).

Os produtores se comprometem com padrões de volume e qualidade, conforme contrato. O produtor não necessita de um financiamento bancário para iniciar a produção: a empresa fornece tudo e o pagamento é feito com a safra. No entanto, o principal descontentamento dos agricultores nesse sistema é o preço pago pelo produto. Os preços mínimos são tabelados antes da safra, mas o agricultor não consegue barganhar junto à empresa melhores rendimentos de sua produção.

Diferentemente do fumo Virgínia, que precisa de um investimento maior, pois a secagem é feita em estufas, geralmente elétricas, que são financiadas pelas empresas, a produção do fumo de galpão só necessita de um galpão com secagem das folhas naturalmente. As empresas fumageiras financiam os galpões para os fumicultores, porém os produtores entrevistados que o haviam financiado junto à empresa, já haviam quitado. Alguns produtores da região simplesmente

⁷ Instrutor de fumo é um Engenheiro agrônomo ou um técnico agrícola contratado por uma empresa fumageira para prestar assistência técnica aos plantadores integrados da empresa. As instruções variam desde o uso de agrotóxicos e EPIs até cuidados com a lavoura e aumento da produtividade.

aproveitaram galpões já existentes em sua propriedade. Os insumos ainda são financiados a cada safra para pagamento com a própria produção.

Na pesquisa de campo, todas as famílias entrevistadas afirmaram, com relação ao uso de agrotóxicos na lavoura do fumo, que as empresas integradoras prestam informações a respeito dos cuidados e precauções a serem tomados. A utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como luvas, botas, máscara, chapéu, avental é um desses cuidados. Entretanto, segundo os produtores, a empresa não fiscaliza a utilização desses equipamentos de segurança e, tampouco, a utilização correta dos agrotóxicos. (Figura 3)



Figura 3 – Embalagens de agrotóxico armazenadas de forma incorreta

Fonte: Pesquisa de campo, (RADEL, 2011)

Um dos agricultores entrevistados (ex-fumicultor), quando perguntado se a empresa a qual estava integrado fornecia informações sobre como utilizar os agrotóxicos e os equipamentos de segurança, responde o seguinte:

Sim, eles ensinam, mas a empresa não obriga ninguém a usar, mas “tu é obrigado” a comprar o equipamento, EPI, que eles dizem, isto é, macacão, luva, bota. Ensinar não adianta, porque o produtor sabe, se “ele quer” ele sabe, só que eu nunca usei. Nunca usei nada, só uso bota e chapéu. Se eu vou passar secante na lavoura, calço bota de borracha. Mas nunca usei macacão, nunca usei luva, nunca usei máscara. Não usei porque não quis. E para falar a verdade eu nunca me intoxiquei, nunca senti dor de cabeça, tontura, essas coisas. É visto que mau cheiro do veneno não te deixa “agradar”. [...] A gente diz: não faz nada, não faz nada! Mas “tu passa”, passa, com o tempo o resíduo do veneno que vai na água vai né! E o lençol freático lá em baixo? Essa água vem de onde, se não da chuva? Ela infiltra e com o tempo vai lá (ex-Fumicultor, 65 anos).

É possível perceber que o agricultor sabe dos riscos que os defensivos agrícolas podem causar à saúde e ao meio ambiente, porém, como ele afirma, ainda não aconteceu nada que pudesse perceber com sua saúde.

Quando o instrutor é perguntado sobre as políticas da empresa em relação ao uso de agrotóxicos, ele responde o seguinte:

Não sei por que “tudo isso” com relação ao uso de agrotóxicos na plantação de fumo, sendo que pesquisas revelam que sete atividades agrícolas utilizam mais agrotóxicos do que o fumo: milho, soja, feijão, morango, batata, tomate e arroz. É por causa do vício de repente, da nicotina? Mas fuma quem quer né! (Instrutor)

Parece um discurso preparado pela empresa e apenas decorado pelos seus funcionários. No início da conversa, ele disse que a empresa não permite que ele conceda entrevistas, mas que abriria uma exceção para a pesquisa. Educadamente, disse que, dependendo do questionamento, não responderia. Por orientação da empresa, não permitiu a gravação da entrevista.

Analisando o discurso das principais empresas fumageiras que atuam no Município, apresentado no capítulo anterior, percebe-se que elas estão cientes dos problemas derivados da produção do fumo. Contudo, cabem aqui alguns esclarecimentos, como tentativa de desmistificar o discurso dessas empresas, que muitas vezes dão a impressão de que os problemas já estão solucionados.

No Município de Santa Helena, as ações de Responsabilidade Socioambiental empregadas pelas empresas são o recolhimento e a destinação das embalagens de agrotóxicos e às instruções quanto ao uso, incluindo a tríplice lavagem e a utilização de EPIs (previstos na Lei Nº 7.802/1989). Ou seja, atendem aos indicadores de RSA que foram apresentados no capítulo anterior, “geração de resíduos sólidos” e “segurança na produção”, seguindo o estabelecido em Lei.

Neste último indicador está relacionado o fato relatado pelos fumicultores de que não há fiscalização para o cumprimento de regras de segurança na aplicação de agrotóxicos na lavoura de fumo, nem por parte das fumageiras e nem do Município. Todos os entrevistados afirmaram possuir os equipamentos de segurança, pois a empresa os obriga a comprar. Contudo, disseram não usar tais equipamentos ou apenas usá-los parcialmente, pois o calor é intenso (Figura 4). Segundo os

fumicultores, o uso de equipamento torna o plantio e a colheita muito desconfortáveis, entretanto, nunca foram cobrados por deixarem de usar.



Figura 4 – Fumicultor utilizando agrotóxico sem a utilização de todos os equipamentos de segurança

Fonte: Pesquisa de campo, (RADEL, 2011)

Na entrevista com o Secretário de Saúde do Município, ele informou que o recolhimento das embalagens de agrotóxicos utilizadas na produção de fumo é de responsabilidade das empresas fumageiras, e que as embalagens utilizadas em outras culturas são recolhidas pela Prefeitura em parceria com empresas de reciclagem.

No indicador “compromisso com princípios e direitos nas relações de trabalho” há o ponto positivo da orientação aos agricultores para não empregarem mão de obra infantil nas lavouras de fumo. Os produtores, durante as entrevistas, disseram que assinam um contrato à parte, em relação ao não emprego de mão de obra infantil, podendo ser penalizados com, por exemplo, a não compra da safra pela empresa. Outro ponto desse indicador, agora negativo, é a insatisfação dos agricultores com relação à renda e à classificação do fumo, que, segundo os produtores, não seguem a classificação dada por eles na propriedade, sempre rebaixam as classes e aumentam os lucros para as fumageiras.

No indicador “investimento social” e “educação ambiental” as fumageiras não atuam diretamente no Município ou mesmo na microrregião de São Miguel do Oeste. A defesa da importância social deriva dos empregos que a indústria fumageira mantém, diretamente na produção de fumo ou indiretamente no setor de serviços e

também nas lavouras, mas também deve-se primar pela qualidade desses empregos, e avaliar se estão ou não satisfazendo à comunidade ou provocando algum descontentamento, principalmente na fase inicial da produção, ou seja, o plantio de fumo. Não há projetos de educação ambiental envolvendo os fumicultores e nem nas escolas do Município incentivados pelas fumageiras.

Nota-se com os dados apresentados que o plantio de tabaco torna-se uma alternativa econômica para pequenas propriedades, mas as ações de RSA das empresas precisam atender a mais indicadores e atuarem em cada comunidade, nas quais estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a Responsabilidade Socioambiental (RSA) de algumas empresas fumageiras com atuação no Município de Santa Helena/SC. O embasamento teórico, alinhado à busca em campo do entendimento dos agricultores a respeito das ações de RSA divulgadas pelas empresas permitiu interpretar e analisar os dados coletados em relação à pergunta formulada: a se julgar pelo discurso das principais empresas ligadas à cadeia produtiva de fumo, seria possível que esta forma de plantio se tornasse sustentável do ponto de vista socioambiental e constituísse como alternativa econômica na agricultura familiar?

Como objetivo geral, o estudo buscou avaliar as ações de RSA defendidas pelas principais empresas fumageiras do Município, vistas pelo ângulo dos pequenos agricultores. A resposta a este objetivo é fundamentada na pesquisa bibliográfica, mas principalmente na pesquisa de campo, por meio de entrevistas junto a fumicultores da região. Como resposta, tem-se que as empresas analisadas (Phillip Morris, *Universal Leaf Tabacacos* e Souza Cruz) apresentam traços de Responsabilidade Socioambiental em alguns indicadores utilizados na pesquisa, como por exemplo, geração de resíduos sólidos, segurança na produção e compromisso com princípios e direitos nas relações de trabalho. Para atingirem esses indicadores, as empresas recolhem as embalagens de agrotóxicos utilizadas na lavoura de fumo, instruem quanto ao uso, incluindo a tríple lavagem e a utilização de EPIs e não permitem o emprego de mão de obra infantil nas lavouras de fumo. Ações, estas, previstas em legislações específicas, como a Lei 7.802/1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos e na própria Constituição de 1988. Nos demais indicadores (investimentos sociais na comunidade e educação ambiental), não se evidencia ações implantadas na região.

O entendimento da importância do sistema integrado de produção para a fumicultura, expectativa do objetivo específico deste estudo, também foi levantada. Esse sistema está implantado no país há quase um século, e é vantajoso para o agricultor, que não precisa de financiamento bancário para iniciar a produção. A empresa integradora fornece tudo que é necessário, e é paga posteriormente, com os rendimentos da safra. A grande questão nesse sistema é mesmo a fragilidade econômica do pequeno agricultor, incapaz de barganhar preços mais altos pelo seu produto, que não é vendido e nem classificado em sua propriedade. A classificação

do tabaco é hoje o motivo de maior descontentamento de todos os agricultores entrevistados durante a pesquisa. Como já discorreu Magalhães (2001, *apud* ALMEIDA, 2008, p. 43), por um lado existe uma situação de dependência econômica e por outro há a modernidade, pois os agricultores produzem direto para a exportação. A indústria consegue ter um lucro bastante elevado, que jamais teria se contratasse trabalhadores livres para realizarem as tarefas que os agricultores realizam, usando os recursos de suas propriedades (naturais e humanos).

No que se refere ao objetivo de analisar a importância econômica do tabaco dentro da agricultura familiar, o estudo mostra que a cultura do fumo é importante para a economia do país. Movimenta por ano cerca de R\$ 15,2 bilhões, dos quais R\$ 7,7 são destinados ao governo para pagamento de impostos, R\$ 3,2 são para a indústria, R\$ 3,3 ficam com os produtores e R\$ 927 milhões com os varejistas. (SINDITABACO, 2011). Entretanto, dividindo-se essa renda pelo total de produtores percebe-se a fragilidade do fumicultor que fica com a menor renda. E, ainda assim, de acordo com dados da pesquisa de campo, em pequenas propriedades é a produção que mais gera renda no Município.

Como último objetivo desta Pesquisa, de compreender a cadeia produtiva do tabaco no mundo, no Brasil e, particularmente, no Município estudado, há dados bibliográficos que comprovam a importância do cultivo para o país, principalmente no que diz respeito à exportação, na qual o país é líder mundial. Também mostra a importância do cultivo para países em desenvolvimento como a China e a Índia. No Município de Santa Helena, o cultivo de tabaco está entre as quatro principais produções da região. Há o predomínio da pequena propriedade rural, na qual os produtores, além de fumo, plantam outros tipos de lavoura, para gerar renda ou para a própria subsistência.

A insatisfação com os rendimentos e com a classificação do produto são motivos de constantes reclamações na cadeia do tabaco. Isso fica evidente depois da pergunta: se tivesse outra opção de produção com a mesma renda, o senhor trocaria? Todos os entrevistados, com exceção daquele que já havia parado de plantar, foram enfáticos ao dizer que trocariam, pois o plantio de fumo requer muita mão de obra e é bastante instável economicamente. Em um ano, a safra pode ser boa e o preço subir um pouco com uma classificação menos rígida; em outro, a classificação torna-se mais rígida, devido a grande oferta do produto ou qualidade inferior e, com isso, pode haver baixa considerável na renda do fumicultor. Falta

objetividade na classificação da safra de tabaco, que por vezes parece um jogo a serviço dos interesses das empresas fumageiras.

Este estudo alcança, assim, resposta à hipótese básica, de que há indicadores de RSA que são seguidos pelas empresas, pois cumprem a lei. No entanto, iniciativas em questões de RSA vão muito além da obrigação de cumprir a legislação em matéria ambiental ou social (DIAS, 2006, p. 153). Quem cumpre a lei está sendo responsável social e ambientalmente, mas apenas dentro de um nível já esperado. Essa questão é bem mais complexa. Constitui, por exemplo, um desafio de busca do desenvolvimento de tecnologias limpas, da redução dos resíduos na origem e da substituição de insumos tóxicos para, com isso, garantir uma resposta como alternativa econômica, ecológica e social mais efetiva na diminuição da degradação ambiental.

É interessante para a RSA dessas empresas que elas incorporem uma análise do ciclo de vida dos produtos na qual sejam considerados todos os impactos inerentes ao processo produtivo, principalmente na parte mais frágil, que são os pequenos agricultores, até sua disposição final, podendo dessa forma atuar nos pontos mais críticos na cadeia de produção. Também é necessário que a utilização de insumos que representam elevado risco ambiental seja revista e até reduzida no processo produtivo. Também deve haver reformulações nas ações das empresas a respeito de agrotóxicos e afins, pois não há fiscalização por parte delas e nem do Município no manuseio com segurança desses produtos e nem na utilização de EPIs. Dessa forma, além de apenas cumprir estritamente o que pede a legislação, as empresas precisam manter constantes inovações para realmente tornarem-se sustentáveis e seu produto ser uma alternativa para manter o pequeno produtor no campo. Como continuidade dos estudos sugere-se ampliar a amostra sobre a relação empresa fumageira/pequeno produtor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violações dos direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

_____. **A biopolítica dos direitos humanos: uma reflexão a partir do sistema de integração rural da fumicultura**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008.

AFUBRA. **Fumicultura no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

_____. **Evolução da fumicultura**. Disponível em:<
<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/83>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

_____. **Fumicultura Regional**. Disponível em:<
<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/84>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/ UnB, 2007.

ANUARIO BRASILEIRO DO FUMO 2011. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz do Sul. Anual.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**, 2010. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2010/pronaf.asp?idpai=relrural2010>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (Coords). **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BOEIRA, Sérgio Luís. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. **Rev. Adm. Empres**, vol.46, n.3, 2006, p. 28-41. Disponível em: <
www.scielo.br/pdf/rae/v46n3/v46n3a04.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<
www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 2 mar 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 De fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em 2 mar 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L11326.htm>. Acesso em 29 fev 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. **49 e 50** da Lei nº **4.504**, de 30 de novembro de 1964 (**Estatuto da Terra**), e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6746.htm>. Acesso em: 2 mar 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acesso em: 2 mar 2012.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>. Acesso em: 7 mar 2012.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

EPAGRI/CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

FAO. **Perspectivas a plazo medio de los productos básicos agrícolas**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/007/y5143s/y5143s19.htm#fn22>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

FELIX, Joana D'Arc Bicalho. **Sustentabilidade e cadeia de valor: a visão do consumidor sobre os valores socioambientais da organização e sua influência em ganhos econômicos empresariais**. 2011. 147f. Tese (Doutorado em Economia de Empresas)- Curso de Pós Graduação em Economia de Empresas, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Giovanni de Araújo *et. al.* Responsabilidade socioambiental corporativa e indicador de maturidade mediano desempenho estratégico para organizações. **Revista de Ciências da Administração**. Minas Gerais, v. 12, n. 26, jan/abril 2010, p. 244-269.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=sc>>. Acesso em: 27 jan 2012.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=sc>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em : 13 jan 2012.

INCRA. **Módulos fiscais**. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em 15 jan 2012.

JORNAL NOVO HAMBURGO. **Universal Leaf Tabacos anuncia acordo com Philip Morris Brasil**. Disponível em: <<http://www.jornalnh.com.br/economia/266436/universal-leaf-tabacos-anuncia-acordo-com-philip-morris-brasil.html>>. Acesso em: 23 jan 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LIMA, Ronaldo Guedes de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n.18, julh/dez. 2007, p. 190-225. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2011.

LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. MNEME. **Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, v. 05, nº 12, out/nov de 2004, p.202-218. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 27 dez. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PRONAF**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2>. Acesso em: 10 fev. 2012.

NARDI, Jean- Baptiste. **A História do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: Abifumo, 1985.

PHILIP MORRIS INTENACIONAL. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.pmi.com/esp/about_us/company_overview/pages/company_overview.aspx>. Acesso em: 24 jan. 2012.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Marineide Maria. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade a luz das implicações sociais e econômicas. In: PAULILO, Maria Ignes; SCHIMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

SINDITABACO. **Tipos de tabaco**. Disponível em:<
<http://www.sinditabaco.com.br/?link=setor.tipos>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

SOUZA CRUZ. **Plantio**. Disponível em:
<http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KLC?opendocument&SKN=1>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. **Cadeia produtiva**. Disponível em:
<http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KEW?opendocument&SKN=1>. Acesso em: 26 jan. 2012.

TENORIO, Fernando G. (org). **Responsabilidade social empresarial**. Teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

UNIVERSAL LEAF TABACOS. **Lidando com a integridade**. Disponível em:
<http://www.universalleaf.com/Compliance/Reports/CodeOfConduct_Portugese_Brazil.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2012.

APÊNDICE A – Guia de Entrevistas

Abaixo está o Guia de entrevista realizado no Município de Santa Helena em 2011.

Entrevista com os produtores de fumo

1. Quantos anos tem?
2. Quanto tempo o senhor está plantando fumo? E quantos pés planta?
3. Quantas e quais pessoas trabalham com o senhor?
4. E foi a empresa que procurou o senhor ou o senhor que procurou a empresa?
5. Na visão do senhor o fumo ou os agrotóxicos que se usa na lavoura causam problemas para a natureza?
6. Que tipo de cuidado o senhor tem com a água e o solo, em relação aos agrotóxicos que utiliza na lavoura?
7. Depois que iniciou o plantio de fumo o senhor percebeu alguma mudança na saúde do senhor e da sua família?
8. Quais instruções a empresa fornece em relação ao uso adequado e seguro dos agrotóxicos? Há fiscalização?
9. A empresa recolhe as embalagens de agrotóxico?
10. A produção de fumo ajudou o senhor a conseguir condições financeiras melhores? Qual a faixa de renda?
11. Se tivesse outra opção de produção com a mesma renda, o senhor trocaria?

Entrevista com técnico agrícola (instrutor de fumo) de uma das empresas que trabalha com produtores na região (não gravada)

1. Para qual empresa trabalha?
2. Como a empresa chega até os agricultores?
3. Qual o sistema de produção que a empresa utiliza?
4. Como funciona esse sistema?
5. Que tipo de informação/orientação a empresa, por meio do senhor, passa para os agricultores?
6. Com que frequência visita os agricultores? E há fiscalização para o uso de EPIs e agrotóxicos corretamente?
7. Quais as principais dúvidas e questionamentos que os produtores têm?

Entrevista com o secretário de saúde do Município

1. Quais as principais empresa de fumo atuam aqui no município?
2. O fumo é a principal produção agrícola do município?
3. Qual a importância da produção de fumo para a geração de renda do município?
4. O fumo é uma alternativa de produção que tem ajudado a manter as pessoas no campo?
5. Esse tipo de plantio traz algum problema para o município?